

**Violência contra as mulheres: caracterização dos casos acompanhados em um centro de referência municipal**

**Violence against women: characterization of cases in monitoring of a municipal reference center**

**Violencia contra las mujeres: caracterización de casos en seguimiento de un centro de referencia municipal**

Recebido: 24/11/2020 | Revisado: 03/12/2020 | Aceito: 07/12/2020 | Publicado: 10/12/2020

**Rosane da Silva Santana**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0601-8223>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: [rosane\\_santana5@hotmail.com](mailto:rosane_santana5@hotmail.com)

**Francisca Karina Barbosa de Sousa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6509-7478>

Centro Universitário Maurício Nassau, Brasil

E-mail: [karinabarbosafkb@hotmail.com](mailto:karinabarbosafkb@hotmail.com)

**Ícaro Avelino Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5020-7267>

Centro Universitário Maurício Nassau, Brasil

E-mail: [icaro.ic@hotmail.com](mailto:icaro.ic@hotmail.com)

**Elida Santos Silva Simão**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4701-1431>

Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde, Brasil

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: [nanaelida@hotmail.com](mailto:nanaelida@hotmail.com)

**Gabriela Oliveira Parentes da Costa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9473-8986>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil

E-mail: [gabiparentes@hotmail.com](mailto:gabiparentes@hotmail.com)

**Ricardo Clayton Silva Jansen**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6392-8100>

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

E-mail: [ricardojansen\\_20@hotmail.com](mailto:ricardojansen_20@hotmail.com)

**Dhenise Mikaelly Meneses de Araújo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2123-3829>

Universidade do Vale do Paraíba, Brasil

E-mail: [dhenise\\_mikaelly@hotmail.com](mailto:dhenise_mikaelly@hotmail.com)

**Camilla de Kássia Cruz da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7540-8129>

Centro Universitário UniFacid Wyden, Brasil

E-mail: [milladekassia@hotmail.com](mailto:milladekassia@hotmail.com)

**Vandoval Rodrigues Veloso**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9643-9023>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [vandovalveloso@hotmail.com](mailto:vandovalveloso@hotmail.com)

**Maria Oneide dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3053-6626>

Centro Universitário Maurício Nassau, Brasil

E-mail: [neideyy@hotmail.com](mailto:neideyy@hotmail.com)

**Resumo**

Introdução: No Brasil, o número de mulheres que sofrem violência doméstica aumentou significativamente. Foram registrados no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) em 2016, onde 57.395 óbitos foram de mulheres em decorrência de agressões. Objetivo: caracterizar os casos de violência contra as mulheres acompanhados em um centro de referência municipal de Teresina – PI. Metodologia: Estudo documental retrospectivo, de abordagem quantitativa descritiva realizada no Centro de Referência da mulher em Situação de Violência Esperança Garcia em 2019. A amostra foi composta por 120 prontuários de mulheres. Foram incluídos os prontuários das mulheres com idade acima de 18 anos e, excluídos apenas os que apresentaram informações incompletas. Para coleta dos dados, utilizou-se um questionário com perguntas fechadas. Os dados foram analisados no programa SPSS versão 20. Resultados: O estudo mostrou que as mulheres que sofreram violência tinham idade entre 29 a 38 anos (35.3%), cor parda (85.8%), nível médio de escolaridade (44.1%), em união estável (42.5%), desempregadas (42.5%), com moradia própria (70.8%), comportamento heterossexual (100%). Quanto ao tipo de violência, 100% sofreram violência psicológica, 84.1% moral e 65.8% física. As agressões ocorriam há mais de um ano, em domicílio, e a maioria dos casos acontecia por não desejar mais conviver com o agressor

Quanto ao agressor, 33.33% tinham entre 39 a 49 anos, 95% eram da cor parda, 62.5% trabalhavam, 29.1% eram companheiros da vítima e 46.67% não estavam sob efeito de nenhuma droga. Conclusão: É necessário que haja o engajamento dos diferentes setores da sociedade para garantir que todas as mulheres tenham seus direitos preservados. Espera-se que com os dados obtidos na pesquisa possam colaborar com as Políticas Públicas de enfrentamento efetivas principalmente no estado do Piauí, que tem apresentado dados alarmantes sobre a violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Características; Casos; Mulheres; Violência contra as mulheres; Saúde Pública.

### **Abstract**

**Introduction:** In Brazil, the number of women who suffer domestic violence has increased significantly. They were registered in the Mortality Information System (SIM) in 2016, where 57,395 deaths were of women due to aggression. **Objective:** to characterize the cases of violence against women followed up at a municipal reference center in Teresina - PI. **Methodology:** Retrospective documentary study, with a descriptive quantitative approach carried out at the Reference Center for Women in Situations of Violence Esperança Garcia in 2019. The sample consisted of 120 medical records of women. The medical records of women over 18 years of age were included and only those who had incomplete information were excluded. For data collection, a questionnaire with closed questions was used. The data were analyzed using the SPSS version 20 program. **Results:** The study showed that women who suffered violence were aged between 29 and 38 years old (35.3%), mixed race (85.8%), average level of education (44.1%), in stable union (42.5%), unemployed (42.5%), with their own home (70.8%), heterosexual behavior (100%). As for the type of violence, 100% suffered psychological violence, 84.1% moral and 65.8% physical. The assaults occurred more than a year ago, at home, and most cases happened because they no longer wanted to live with the aggressor as for the aggressor, 33.33% were between 39 and 49 years old, 95% were brown, 62.5% worked, 29.1% were the victim's companions and 46.67% were not on any drugs. **Conclusion:** There is a need for the engagement of different sectors of society to ensure that all women have their rights preserved. It is hoped that with the data obtained in the research they will be able to collaborate with the Public Policies of effective coping mainly in the state of Piauí, which has presented alarming data on violence against women.

**Keywords:** Characteristics; Cases; Women; Violence against women; Public health.

## Resumen

**Introducción:** En Brasil, el número de mujeres que sufren violencia doméstica ha aumentado significativamente. Fueron registradas en el Sistema de Información de Mortalidad (SIM) en 2016, donde 57.395 muertes fueron de mujeres por agresión. **Objetivo:** caracterizar los casos de violencia contra la mujer seguidos en un centro de referencia municipal de Teresina - PI. **Metodología:** Estudio documental retrospectivo, con enfoque descriptivo cuantitativo realizado en el Centro de Referencia de Mujeres en Situaciones de Violencia Esperança García en 2019. La muestra estuvo conformada por 120 historias clínicas de mujeres. Se incluyeron las historias clínicas de mujeres mayores de 18 años y solo se excluyeron aquellas que tenían información incompleta. Para la recolección de datos se utilizó un cuestionario con preguntas cerradas. Los datos fueron analizados utilizando el programa SPSS versión 20. **Resultados:** El estudio mostró que las mujeres que sufrieron violencia tenían edades entre 29 y 38 años (35,3%), mestizas (85,8%), nivel educativo medio (44,1%), en unión estable (42,5%), desempleados (42,5%), con vivienda propia (70,8%), comportamiento heterosexual (100%). En cuanto al tipo de violencia, el 100% sufrió violencia psicológica, el 84,1% moral y el 65,8% física. Las agresiones ocurrieron hace más de un año, en el domicilio, y la mayoría de los casos ocurrieron porque ya no querían vivir con el agresor. En cuanto al agresor, el 33,33% tenía entre 39 y 49 años, el 95% eran morenos, el 62,5% trabajaba, El 29,1% eran acompañantes de la víctima y el 46,67% no tomaba drogas. **Conclusión:** Es necesario el compromiso de los diferentes sectores de la sociedad para garantizar que todas las mujeres tengan sus derechos preservados. Se espera que con los datos obtenidos en la investigación puedan colaborar con las Políticas Públicas de afrontamiento efectivo principalmente en el estado de Piauí, que ha presentado datos alarmantes sobre la violencia contra las mujeres.

**Palabras clave:** Características; Casos; Mujer; Violencia contra las mujeres; Salud pública.

## 1. Introdução

No Brasil, o número de mulheres que sofrem violência doméstica aumentou significativamente. Em 2016, foram registrados no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) 57.395 óbitos de mulheres decorrentes de agressões (Data-Sus, 2017). Muitas mulheres têm sido alvo das mais diversas formas de violência no contexto familiar. Esses crimes ocorrem com muita frequência e se enquadram no padrão de comportamento amplamente coberto pelo conceito de violência doméstica, que faz parte integralmente da família e da sociedade (Musse; Rios, 2015).

O Brasil ocupa o quinto lugar no ranking em assassinatos de mulheres, com uma taxa elevada de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, destacando-se um percentual de 54,2% para mulheres negras, em comparação às mulheres brancas. O estado do Piauí ocupa o 14º lugar no Brasil com os registros de 399 assassinatos de mulheres, 36 por ano ou 0,099/dia (Waiselfisz, 2015).

Segundo a Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília (HABRA), uma mulher sofre agressão física a cada dezessete minutos no Brasil. Na mesma pesquisa foi observado que, a cada trinta minutos, uma mulher é agredida moralmente e psicologicamente e, de três em três horas, uma mulher passa por um caso de cárcere privado. No mesmo dia, são descobertos oito casos de violência sexual no país, e por semana são assassinadas trinta e três mulheres por ex-parceiros ou atuais (Alves; Marques, 2017; Brasil, 2018).

A violência doméstica é caracterizada como um problema crescente de Saúde Pública que gera grandes consequências, com danos irreversíveis às mulheres, à família e à comunidade (Lima et al., 2017). A violência no âmbito familiar caracteriza-se como desigualdade de gênero, especialmente, no exercício da força e poder de um sobre o outro. As vítimas não revidam por medo do agressor ou do receio de sofrer humilhação por parte da sociedade e, assim, submetem-se a sofrimentos constantes (Gomes et al., 2014).

Em 2003, foi criado um programa para prevenção, cuidado e controle dos casos de violência vividos pelas mulheres. Essas ações culminaram na construção de uma rede de atendimento às mulheres, com serviços de assistência, saúde, educação, segurança, trabalho e moradia (Brasil, 2018). Porém, somente em 2006, por meio da norma técnica lançada pela Secretaria Nacional de Políticas voltadas às Mulheres, as ações de cuidado às mulheres passaram a ser desenvolvidas em Centros Especializados de Atendimento às Mulheres.

A partir dessa norma, os Centros de Referência às mulheres tornaram-se a porta de entrada da rede especializada ao cuidado. E para o funcionamento e prestação de serviços especializados, os Centros contam com profissionais de diversas áreas, como advogadas, assistentes sociais, psicólogas, coordenadores técnicos e equipe de apoio (Martins, 2013).

Nos Centros Especializados de Atendimentos às Mulheres, as atividades são desenvolvidas com base nos direitos das mulheres, no apoio emocional e no acompanhamento individual de cada mulher que busca o serviço (Campello, 2015).

Os cuidados às mulheres vítimas de violência doméstica devem atravessar os muros dos serviços de saúde e estarem pautados no tratamento ético e respeitoso, tendo o acolhimento como estratégia primordial, conforme prevê o Sistema Único de Saúde (SUS) (Oliveira et al., 2018).

Para tanto, os profissionais de saúde que compõem a Atenção Básica e os Centros especializados devem estar preparados para acolher as mulheres, realizar escuta especializada durante as consultas, identificando os casos de violência, prestando assistência e orientando o funcionamento da rede intra e intersetorial que existe, com o objetivo de protegê-las. Todas essas ações de cuidados são essenciais para promoção à saúde, prevenção da violência ou de cuidado aos agravos causados (Hasse; Vieira, 2014).

O objetivo do estudo foi caracterizar os casos de violência contra as mulheres acompanhadas em um centro de referência municipal de Teresina – PI.

## **2. Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa do tipo análise documental, retrospectiva, de abordagem quantitativa realizada no Centro de Referência da mulher em Situação de Violência Esperança Garcia. Esse Centro apresenta-se como parte da rede especializada no atendimento à mulher em situação de violência doméstica, familiar e de gênero no município de Teresina, Piauí e prestando serviços na assistência jurídica, social e psicológica.

A população da pesquisa foi composta por mulheres acompanhadas nos anos de 2017 e 2018. Optou-se pela delimitação deste período para se ter um recorte ampliado do panorama da problemática pesquisada em Teresina-PI nos últimos anos. Foram incluídos os prontuários das mulheres com idade acima de 18 anos e, excluídos apenas os que apresentaram informações incompletas sobre dados da violência contra a mulher. Foram encontrados 141 prontuários e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, totalizou-se uma amostra final de 120.

A coleta de dados ocorreu nos meses de junho a agosto de 2019 após o Projeto de Pesquisa ter sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologias do Maranhão – FACEMA, com parecer Nº 3.413.632.

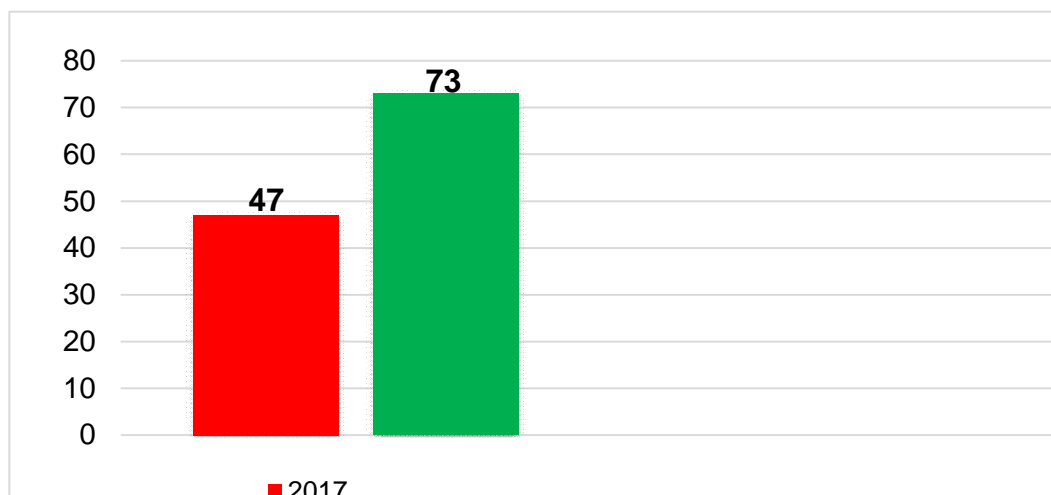
Para coleta de dados, foi utilizado um questionário elaborado pelas pesquisadoras com perguntas fechadas baseado nas informações do prontuário sobre a mulher vítima de violência e o agressor. As variáveis estudadas para caracterização das mulheres foram idade, escolaridade, raça, estado civil, situação laboral, moradia, orientação sexual, tipo, tempo e motivo de violência, frequência das agressões, queixa na delegacia, consequências psicológicas, risco à integridade física, e as características do agressor, idade, raça, situação laboral e relação do agressor com a vítima.

Os dados obtidos foram organizados no Programa Microsoft Excel, versão XP (Microsoft CO, USA) e, posteriormente, importados para o programa SPSS “*Statistical Package for the Social Science*” (versão 20.0 for Windows), software que possibilitou o cálculo das frequências absolutas e relativas. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva em frequência simples e proporção (%) segundo variáveis relacionadas à mulher e organizados e apresentados em forma de gráficos e tabelas, com o objetivo de facilitar a interpretação.

### 3. Resultados e discussão

A amostra foi composta por 120 prontuários de mulheres que sofreram violência e que estavam fazendo acompanhamentos no Centro de Referência Cuidado às Mulheres em Situação de Violência.

**Gráfico 1.** Número de mulheres acompanhadas no Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência nos anos de 2017 a 2018, em Teresina – PI, (n=120).



Fonte: Autores (2019).

Verificou-se um aumento significativo do número de mulheres que sofreram violência em 2018 comparado ao ano de 2017. Em 2017, o número de mulheres atendidas foi de 47, enquanto em 2018 foram 73.

Entre 2014 a 2017 foram registrados 25.105 ocorrências policiais no atendimento à mulher em Teresina - PI. Nos últimos anos, a área de Segurança Pública em Teresina foi ampliada e novas unidades especializadas foram criadas como Plantão de Gênero, Núcleo de Femicídio e o Núcleo de Pesquisa de Gênero. Em decorrência da reestruturação da rede

voltada ao cuidado mulher, os números de casos de violência têm sido evidenciados com mais frequência (SMPM, 2018).

Uma pesquisa realizada em 2018 pelo Datafolha em parceria com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostrou que nos últimos 12 meses 1,6 milhões de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativas de estrangulamento, 22 milhões passaram por algum tipo de assédio, a maioria ocorreu no âmbito doméstico e mais da metade delas não denunciou o agressor ou procurou ajuda (Brasil, 2018).

**Tabela 1.** Características socioeconômicas e demográficas das mulheres em acompanhamento no Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência nos anos de 2017 a 2018, em Teresina – PI, (n=120).

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Faixa etária</b>		
18 a 28	27	22.7
29 a 38	42	35.3
39 a 49	35	29.4
50 a 59	16	12.6
<b>Escolaridade</b>		
Ensino Fundamental incompleto/completo	36	30.0
Ensino Médio incompleto/completo	53	44.1
Ensino Superior incompleto/completo	31	25.8
<b>Raça</b>		
Branca	7	5.8
Negra	10	8.3
Parda	103	85.8
<b>Estado civil</b>		
Solteira	20	16.7
Casada	40	33.3
Divorciada	4	3.3
União Estável	51	42.5
Separada	2	1.6
Viúva	3	2.5
<b>Situação Laboral</b>		
Empregada	51	42.5
Desempregada	69	57.5
<b>Renda</b>		
<=Salário Mínimo	30	25.0
>Salário Mínimo	31	25.8
Sem renda	59	49.1



**Moradia**

Própria	85	70.8
Alugada	15	12.5
Cedida	15	12.5
Outras	5	4.1

**Orientação sexual**

Heterossexual	120	100
---------------	-----	-----

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

De acordo com a tabela, 35,2% das mulheres tinham faixa etária entre 29 a 38 anos. Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Veloso et al. (2013), no Hospital de Petrolina – PE, em que 46,9% das mulheres vítimas de violência apresentaram faixa etária predominante de 20 a 39 anos. Divergindo do estudo de Andrade et al. (2011), realizado no hospital das Clínicas de Uberlândia – MG, cuja faixa etária foi de 18 a 30 anos.

Segundo Devi (2012), mulheres de todas as faixas etárias podem vivenciar situações de violência, porém as estatísticas apontam que os casos de violência contra as mulheres são mais prevalentes em mulheres com idade reprodutiva, e é o sintoma mais evidente da diferença de poderes nas relações entre agressor e vítima. Souza (2015) relata que a violência contra a mulher resulta de relações opostas entre homens e mulheres, ocorrendo quase sempre em função de princípios históricos e da construção social que privilegia o homem.

Quanto à escolaridade, evidenciou-se que 44,1% das mulheres possuíam o ensino médio incompleto/completo. Com base no estudo realizado por Alcântara et al. (2018), na cidade de Crato - CE, o nível de escolaridade das mulheres variou entre o fundamental e o médio, divergindo assim dos resultados encontrados no estudo.

A violência doméstica atinge todos os níveis sociais e independe do nível de escolaridade. Para Bandeira (2014), a violência contra a mulher constitui-se em um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. As manifestações da violência são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher.

Os resultados do estudo apontaram que 85,8% das mulheres violentadas eram da raça parda. Dados similares foram encontrados na pesquisa de Coelho et al. (2019), no Ceará, em que 78% das mulheres eram pardas. Diferente dos resultados encontrados no estudo de Soares e Lopes (2018), em Porto Alegre - RS, em que 69% das mulheres pertenciam à raça branca.

Segundo Pinto et al. (2016), mulheres negras são mais suscetíveis à violência em decorrência dos baixos salários e desemprego, por conseguinte acabam submetendo-se a

permanência com seus parceiros. Independentemente da idade, as mulheres pardas ou negras são as mais acometidas pela violência doméstica, principalmente nos contextos históricos em que estão agregadas (Moura et al., 2014).

No estudo foi verificado que 42,5% das mulheres tinham união estável. O mesmo resultado foi encontrado na pesquisa de Kerle et al. (2017), em João Pessoa - PB, onde 56% das mulheres viviam com o companheiro. Na pesquisa de Figueiredo (2019), realizada em Campina Grande - PB, o estado civil foi maior em mulheres solteiras (63,6%). O que difere do estudo de Leite et al. (2017), em que prevalecia as mulheres que se declararam divorciadas ou separadas.

O estudo também mostrou que 57,5% das mulheres estavam desempregadas e 49,1% não tinham qualquer renda. Segundo os dados da pesquisa de Romagnole (2015), em Montes Claros – MG, a maioria das mulheres não possuía renda e eram do lar.

Quanto à moradia, 70,8% das mulheres que sofreram violência residiam em casa própria. Gomes et al. (2014) afirmam que devem existir políticas de geração de renda e moradia que sejam capazes de contemplar e priorizar as mulheres em situação de violência, garantindo assim o princípio da equidade, justificado pela situação de vulnerabilidade em que se encontram expostas.

Em relação à orientação sexual, todas as mulheres atendidas no Centro de Referência tinham comportamento heterossexual. Segundo Portela et al. (2017), a maioria das agressões sofridas pelas mulheres ocorrem nas relações heterossexuais. A violência contra a mulher tem raízes profundas que estão situadas ao longo da história, traz em seu seio as relações mediadas por uma ordem patriarcal predominante na sociedade, a qual atribui aos homens o direito a dominar e controlar suas mulheres, podendo em certos casos, atingir os limites da violência (Duarte et al., 2015).

A Tabela 2 apresenta as informações sobre o histórico de violência vivenciado pelas mulheres atendidas no Centro de Referência.

**Tabela 2.** Histórico de violência das mulheres em acompanhamento no Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência nos anos de 2017 a 2018, em Teresina - PI. (n=120).

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Tipos de violência</b>		
Física	79	65.8
Psicológica	120	100
Sexual	32	26.6
Moral	101	84.1
Patrimonial	37	30.8
<b>Tempo de violência</b>		
<=6 meses	34	28.3
7 a 11 meses	1	0.8
>=1 ano	85	70.8
<b>Local da agressão</b>		
Residência ambos	90	75.0
Residência da mulher	20	16.6
Outras	10	8.3
<b>Motivo da Violência</b>		
Ciúmes	36	30.0
Não deseja mais conviver com o agressor	54	45.0
Bebida alcoólica e drogas	26	21.6
Não paga pensão alimentícia	3	2.5
Ciúmes/bebida alcoólica	1	0.8
<b>Frequência das agressões</b>		
Diária	44	36.6
1 a 2 vezes por semana	38	31.6
Finais de semana	38	31.6
<b>Risco a Integridade física</b>		
Leve	32	26.6
Moderado	56	46.6
Grave	28	23.3
Gravíssimo	4	3.3
<b>Prestou queixa na delegacia</b>		
Sim	90	75.0
Não	30	25.0
<b>Consequências psicológicas</b>		
Medo/ideias suicida	13	10.8
Baixa autoestima/comportamento apático	61	50.8
Distúrbio do sono e ansiedade	39	32.5
Comportamento agressivo	7	5.8

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

No estudo, os tipos de violência vivenciados pelas mulheres foram psicológica (100%), moral (84,1%) e física (65,8%). Na pesquisa de Barros e Schraiber (2017), em São Paulo, 52.6% das mulheres sofreram violência psicológica, 37,4% física e 20,3% sexual. Feix et al. (2014), colocam que a violência moral associa-se aos outros tipos de violência como a

psicológica, a física e a sexual. Segundo os autores, os efeitos da violência são configurados por calúnia, difamação e injúrias, ofendendo-se a imagem e o conceito da mulher, em idealização de valores e na violência moral nas redes sociais, expondo-as e intimidando-as com questões de gênero e subordinação ao sexo feminino.

Segundo Arjona (2019), existem diversas situações e diferentes níveis de severidade de violência contra a mulher que não se reproduzem isoladamente, mas por uma sequência crescente de episódios, sendo a manifestação mais extrema o homicídio.

Dentre os tipos de violência sofrida pelas mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2012) cita que os principais tipos de violência são: violência psicológica (qualquer prática que cause danos a autoestima e autodeterminação da mulher ou restrinja sua autonomia: ofensas, ameaças, humilhações, perseguição); violência moral (qualquer ato que fira a honra pessoal e a dignidade da mulher, como injúria, calúnia e difamação) e a violência física (toda forma de agressão que possa ferir o corpo da mulher, utilizando ou não, algum objeto, ou arma para isso: socos, tapas, empurrões, facadas).

Quanto ao tempo, local, motivo e frequência da violência sofrida pelas mulheres, identificou-se que 70,8% ocorriam há mais de um ano; 75%, em domicílio; 45% por não desejar conviver com o agressor e 36,6% sofriam violência diária. Segundo o estudo de Trigueiro et al. (2015), realizado na cidade de Curitiba - PR, 39% das agressões ocorreram nas residências e 35% em vias públicas. Na pesquisa de Torres et al. (2013), 65% das mulheres conviviam com os seus companheiros, e as dificuldades vivenciadas por elas para o enfrentamento e o rompimento do ciclo de violência decorrem da falta de perspectivas de solução, do apoio da família e da sociedade para um novo recomeço. Essas dificuldades fazem com que as mulheres vítimas de violência não denunciem e continuem a conviver com os agressores.

No estudo realizado por Garcia et al. (2016), em capitais brasileiras pelo sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), mostrou-se que a frequência da violência ocorria nos finais de semana, nos períodos da noite e madrugada, em decorrência de o consumo de álcool ser mais frequente, aumentando-se os casos de violência.

Verificou-se também que 46,6% das mulheres tiveram risco moderado à integridade física. Para Maroja et al. (2017), no Brasil e em outros países, o dano psíquico e a intimidação à própria vida ou até mesmo a integridade física, psicológica, a perda e a exposição ao sofrimento da violência são resultados de uma violência traumática. Os atos praticados são formas de demonstração a uma relação de dependência entre a vítima e o agressor, implicando em situações de medo, isolamento e dependência (Bandeira, 2014).

O estudo mostrou que 75% das mulheres atendidas registraram queixa na delegacia. Atualmente, no Brasil, para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), os Juizados especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de assistência e proteção às mulheres em qualquer situação de violência (Souza & Cortez, 2014). As DEAMs destinam-se ao atendimento às demandas das mulheres vítimas de violência doméstica, trazendo condições adequadas para que possam denunciar os crimes de forma segura e humanizada (Tavares et al., 2017).

A baixa autoestima e o comportamento apático (50,8%) foram as maiores consequências psicológicas vivenciadas pelas mulheres. Segundo Oliveira et al. (2014), dentre os traumas causados pela violência psicológica, a baixa autoestima é a mais frequente, o que leva à fragilidade da saúde mental da mulher. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a valorização pessoal da autoestima das mulheres é declarada como ações da promoção de igualdade entre os sexos. Nettoa et al. (2015) dizem que a relação social das mulheres vítimas de violência doméstica necessita ampliar seus horizontes, frequentar lugares e conhecer pessoas diferentes, não devendo distanciar-se do convívio externo, pois essa atitude pode resultar em efeitos nocivos à sua saúde psicológica

A Tabela 3 apresenta as principais características do agressor das mulheres vítimas de violência no Centro de Referência.

**Tabela 3:** Dados do agressor das mulheres acompanhadas no Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência nos anos de 2017 a 2018, em Teresina – PI, (n=120).

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Faixa Etária</b>		
18 a 28	9	7.5
29 a 38	32	26.6
39 a 49	40	33.3
50 a 59	18	15.0
>=60	21	17.5
<b>Raça</b>		
Branca	3	2.5
Negra	1	0.8
Parda	114	95.0
Outras	2	1.6
<b>Situação Laboral</b>		
Empregado	75	62.5
Desempregado	45	37.5

**Relação do agressor com a mulher**

Pai	1	0.8
Namorado	5	4.1
Ex-namorado	2	1.6
Padrasto	4	3.3
Companheiro	35	29.1
Ex-companheiro	18	15.0
Marido	33	27.5
Ex-marido	11	9.1
Filho	3	2.5
Irmão	4	3.3
Tio	2	1.6
Irmã	2	1.6

**Condições físicas e emocionais do agressor**

Abuso de álcool	45	37,5
Abuso de drogas	11	9,1
Distúrbio do comportamento	8	6.6
Não estava sob efeito nenhuma droga	56	46.6

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Conforme a Tabela 3, observou-se que 33,3% dos agressores das mulheres tinham faixa etária entre 39 a 49 anos, 95% eram da cor parda e 62,5% estavam empregados. O estudo realizado em Ribeirão Preto - SP por Leôncio et al. (2016) mostrou que o perfil dos agressores de mulheres apresentava idade acima de 35 anos, cor branca, ensino fundamental completo, todos trabalhavam e tinham remuneração. Em outra pesquisa realizada na região central do estado do Paraná, identificou-se que os agressores eram casados, com baixa escolaridade, possuíam trabalho remunerado e que, sob efeito de álcool, praticavam violência (Madureira et al., 2016).

Segundo Silva et al. (2013), a violência cometida pelos agressores não acontece somente com os de baixa escolaridade ou com os que vivem em instabilidades ou periferia das cidades. O mesmo autor, em outra pesquisa realizada na Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento a Mulheres (DEAM) do Rio Grande do Sul - RS, ressalta que os agressores atendidos tinham no seu currículo curso superior.

Quanto à relação do agressor com a mulher, verificou-se que 29,1% eram companheiros, 27,5% maridos e 15% ex-companheiros. Segundo Barros et al., (2017), a violência era praticada por parceiros de contato íntimo, como marido e companheiro e apresentava relação de posse e de poder sobre as vítimas. Sendo que os agressores aproveitavam-se dos laços afetivos e da fragilidade das mulheres para praticar a violência.

De acordo com Baptista et al. (2015), dentre os tipos de violência física, o espancamento encontra-se como prática mais utilizada pelo agressor, e o estupro é o mais comum na violência sexual. No caso do estupro, os agravos excedem as condições físicas, comprometendo a saúde mental, sexual e reprodutiva, além de interferir nas relações afetivas futuras.

Os padrões patrimoniais dos homens em relação às mulheres subjagam que o exercício e a autoridade masculina e machista estabeleçam um domínio sobre a mulher e os filhos, fazendo com que essa dominação seja extensiva em todo contexto familiar (Bourdieu, 2016).

Bandeira et al. (2014) descreveram na sua pesquisa que, considerando a figura masculina sendo um dos pilares mais influentes em relação à violência doméstica, existe uma continuação da lógica familiar associada à justificativa de manifestação da violência, que aparece nos acordos das hostilidades intrafamiliar, cabendo a mulher aceitar a relação ou não; e o afeto conjugal, rejeitando o pedido de desculpas e separação para viver na dependência econômica do agressor.

Estudos mostram que a cultura machista e homofóbica vão além de brincadeiras infantis e postagens veiculadas às vestimentas e comportamento, deixando as mulheres em uma posição inferior. Ressalta-se que o machismo esteja entrelaçado violentamente na cultura dos homens, e que a sociedade ainda não reconhece a liberdade e igualdade de gênero (Castro, 2015).

Sobre as condições físicas e emocionais do agressor, identificou-se que 37,5% faziam uso abusivo de álcool e 46,6% não estavam sob efeito de alguma droga.

Segundo a pesquisa de Sarney et al. (2014), um dos motivos da violência contra a mulher seria a insatisfação do fim de um relacionamento, ciúmes ou achar que o agressor tem poder sobre a mulher. Vieira et al. (2014) descreveram no seu estudo que as mulheres tendem aceitar ou considerar este ato como uma forma de receber atenção. Isso parte de um diálogo mal resolvido que gera uma discussão e pode levar a níveis extremos da violência.

Costa et al. (2015) colocaram que o uso abusivo do álcool provoca embriaguez, muda o comportamento social e aceitável, fazendo-se que esse contexto interfira no autocontrole, perpetuando-se o ciclo de consumo de álcool e as agressões às companheiras.

#### **4. Conclusão**

O estudo mostrou que as mulheres que sofreram violência tinham faixa etária entre 29 a 38 anos, média escolaridade, cor parda, desempregadas, em união estável, com moradia

própria e comportamento heterossexual. Verificou-se que os tipos de violência mais frequentes eram a psicológica, a moral e a física, com agressões há mais de um ano, ocorriam em domicílio, e a maioria dos casos acontecia por não desejar mais conviver com o agressor.

O perfil do agressor encontrado no estudo foi homens com idade entre 39 a 49 anos, de cor parda, empregados. Quanto à relação do agressor com a mulher, observou-se que a maioria era companheiro ou marido e, durante as agressões, não estavam sob efeito de alguma droga. Percebeu-se, também, em relação às mulheres vítimas de violência doméstica, que as mesmas tendem a aceitar ou considerar que este ato violento faça parte do relacionamento, entendendo que um fim de relacionamento gere uma discussão que possa levar a níveis extremos da violência.

A violência contra a mulher apresenta proporções epidêmicas no Brasil e a falta de dados e estatísticas sobre a dimensão do problema geram dificuldades para o enfrentamento dessa problemática. Assim, conclui-se que é necessário que haja o engajamento dos diferentes setores da sociedade para garantir que todas as mulheres tenham seus direitos preservados. Desta forma, espera-se que com os dados obtidos na pesquisa possam colaborar com as Políticas Públicas de enfrentamento efetivas principalmente no estado do Piauí, que tem apresentado dados alarmantes sobre a violência contra a mulher.

## Referências

Alcântara, P. P. T., Araújo, A. F., Pinto, A. G. A., Moreira, M. R. L., Marinho, M. N. D. S. B., Silva, J. P. X., & Costa Facundo, M. A. (2018). PERFIL DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO DOCUMENTAL. *Revista E-Ciência*, 6(1).

Alves, C.; Marques, D. O. (Orgs.). *Leituras de direito: violência doméstica e familiar contra a mulher*. Natal: TJRN, 2017. Available from: <<https://www.amb.com.br/fonavid/files/livro-fonavid.pdf>>.

Andrade, M. F., Giuliani, C. D., & Biffi, E. F. A. (2011). Perfil de mulheres vítimas de violência assistidas no pronto-socorro/Hospital de Clínicas-UFU. *Revista Fato & Versões*, 3(5), 103-33.



Arjona, R. C. *Violência Contra a Mulher*. (2019). Available from: <<https://jus.com.br/artigos/74965/violencia-domestica-contra-mulher>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469.

Baptista, R. S., Melo Chaves, O. B. B., França, I. S. X., Sousa, F. S., Oliveira, M. G., & Silva Leite, C. C. (2015). Violência sexual contra mulheres: a prática de enfermeiros. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 16(2), 210-217.

Barros, C. R. D. S., & Schraiber, L. B. (2017). Violência por parceiro íntimo no relato de mulheres e de homens usuários de unidades básicas. *Revista de Saúde Pública*, 51, 7.

Bourdieu, P. (2016). *A dominação masculina*. São Paulo - SP: Editora Bestbolso.

Brasil. (2018). Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres / pesquisa OMV/datasenado. Brasília : Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018. Available from: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/conhecer-direitos-e-ter-rede-de-apoio-sao-pontos-de-partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia>>.

Campello, L. Direitos Humanos e das Mulheres, cap. 3, p. 64-88, In: IBAM. Democracia e gênero: implementação de políticas públicas para mulheres, IBAM – SPM: Brasília, 2015. Available from: <[http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/3ago15\\_democracia\\_e\\_genero\\_implementacao\\_politicas\\_publicas\\_para\\_mulheres.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/3ago15_democracia_e_genero_implementacao_politicas_publicas_para_mulheres.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Castro, R. P. (2015). “O homem pode tudo”... “A mulher é um sexo inferior!”...: Discutindo Sexismo, Machismo E Violência Contra As Mulheres Na Formação em Pedagogia. *IV Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismos, identidades de gênero e políticas públicas*, Maringá- PR, de 22 a 24 de abril de 2015. Available from: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/599.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Coelho, F. A.F., Barcelos, S. C., do Nascimento, P. C., do Nascimento Cavalcante Filho, J., da Silva, F. A. M., & de Oliveira Silva, F. (2019). PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DO CEARÁ, 2008 A 2017. *Cadernos ESP*, 13(1), 37-46.

Costa, A. L., Sophia, E. C., Sanches, C., Tavares, H., & Zilberman, M. L. (2015). Pathological jealousy: Romantic relationship characteristics, emotional and personality aspects, and social adjustment. *Journal of affective disorders*, 174, 38-44.

DATA-SUS - Departamento de informática do Sistema Único de Saúde. (2017). *Mortalidade em mulheres por Agressão*. Available from: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.Exe?Sim/cnv/pobt10uf.def>. Acesso em: 8 jul. 2019.

Devi, S. (2012). US guidelines for domestic violence screening spark debate. *The Lancet*, 379(9815), 506.

Duarte, M. C., Fonseca, R. M. G. S., Souza, V., & Pena, É. D. (2015). Gender and violence against women in nursing literature: a review/Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão/Género y violencia contra la mujer en la literatura de enfermería: una revisión. *Revista brasileira de enfermagem*, 68(2), 297.

Feix, V. (2014). *Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º*. Available from: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/2\\_artigo-7.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/2_artigo-7.pdf). Acesso em: 30 jun. 2019.

Figueiredo, T. R. M. (2019). Violência intrafamiliar e comunitária contra mulheres: um problema de saúde pública. [Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo]. Departamento do Curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande – PB, Available from: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20816/1/PDF%20-%20Tayn%C3%A1%20Ribeiro%20Monteiro%20de%20Figueiredo.pdf>.

Garcia, L. P., Duarte, E. C., Freitas, L. R., & Silva, G. D. (2016). Domestic and family violence against women: a case-control study with victims treated in emergency rooms. *Cadernos de Saude Publica*, 32(4), e00011415-e00011415.

Gomes, N. P., Bonfim, A. N. A., Barros, R. D., da Silva Filho, C. C., & Diniz, N. M. F. (2014). Enfrentamento da violência conjugal no âmbito da estratégia saúde da família [Addressing domestic violence through the family health strategy]. *Revista Enfermagem UERJ*, 22(4), 477-481.

Hasse, M., & Vieira, E. M. (2014). Como os profissionais de saúde atendem mulheres em situação de violência? Uma análise triangulada de dados. *Saúde em Debate*, 38(102), 482-493.

Lima, L. A. D. A., Oliveira, J. C. D., Cavalcante, F. A., Santos, W. S. V., Silva Júnior, F. J. G. D., & Monteiro, C. F. D. S. (2017). Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica. *Rev. enferm. UFPI*, 65-68.

Leite, F. M. C., Amorim, M. H. C., Wehrmeister, F. C., & Gigante, D. P. (2017). Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 51, 33.

Leôncio, K. L., Baldo, P. L., João, V. M., & Biffi, R. G. (2008). O perfil de mulheres vitimizadas e de seus agressores. *Revista enfermagem UERJ*, 16(3), 307-312.

Madureira, A. B., Raimondo, M. L., Ferraz, M. I. R., de Vargas Marcovicz, G., Labronici, L. M., & de Fátima Mantovani, M. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Escola Anna Nery revista de enfermagem*, 18(4), 600-606.

Maroja, M. O. (2017). A violência contra as mulheres no Brasil: formas de manifestação e os sujeitos ativo e passivo dos crimes domésticos. Available from: <<https://bibliotecamadre.blogspot.com/2017/08/a-violencia-contra-as-mulheres-no.html>>.

Martins, A. P. A.; Cerqueira, D; Matos, M. V. M. (2015). A institucionalização das políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Nota Técnica nº13, IPEA, Brasília.

Moura, T. C., Nascimento Paixão, G. P., Silva Filho, C. C., Silva Carvalho, M. R., Oliveira, K. A., Salgado, M. A., & Andrade, M. S. (2014). Violência contra mulher: conhecendo

aspectos do perfil das notificações do município de Senhor do Bonfim-Bahia. *Ciência & Desenvolvimento-Revista Eletrônica da FAINOR*, 7(1).

Musse, J. O., & Rios, M. H. E. (2015). Atuação do enfermeiro frente à violência doméstica sofrida pelo idoso. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 20(2).

Oliveira, M. C. B., Rohden, J., Zocche, D. A. A. (2018). Atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica em um serviço de urgência e emergência. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR*, 21(3), 43-48.

Portella, A. P., Galvão, C., Abath, M., & Amorim Ratton Jr, J. L. (2011). Análise configuracional de homicídios: velhas e novas situações de violência letal contra as mulheres em Recife. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4(3), 403-439.

Pinto, G. (2016). Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. *Anais Eletrônicos*. Minas Gerais, 1-16.

Romagnoli, R. C. (2015). A violência contra a mulher em Montes Claros. *Barbarói*,(43) 27-47.

Sarney, N. (2014). Ciúmes é a principal causa de violência contra a mulher em São Luís. 2014. Available from: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/ciumes-e-a-principal-causa-de-violencia-contra-a-mulher-em-sao-luis-o-imparcial-12032014/>>.

Silva, C. D., Oliveira Gomes, V. L., Acosta, D. F., Devos Barlem, E. L., & da Fonseca, A. D. (2013). Epidemiologia da Violência Contra a Mulher: características do agressor e do ato violento. *Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE*, 7(1).

Soares, J. D. S. F., & Lopes, M. J. M. (2018). Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*.

Souza, L. D., & Cortez, M. B. (2014). A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, 48(3), 621-639.

Souza, T. M. C., & Sousa, Y. L. R. (2015). Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 59-74..

Torres, A., Lemos-Giráldez, S.; Herrero, J. (2013). Violencia hacia la mujer: características psicológicas y de personalidad de los hombres que maltratan a su pareja. *Anales de Psicología*, 29(1).

Tavares, G. P. *et al.* Atendimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência: a percepção das mulheres atendidas na DEAM/Parintins, Amazonas, Gênero na Amazônia, 2017, 7-12, 135-145. Available from: <[eneronaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-7/12-atendimento-humanizado-as-mulheres-em-situacao-de-violencia.pdf](http://eneronaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-7/12-atendimento-humanizado-as-mulheres-em-situacao-de-violencia.pdf)>.

Trigueiro, T. H., Merighi, M. A. B., Medeiros, A. D., Lopes, C. E., Mata, N. D., & Jesus, M. D. (2015). Victims of sexual violence attended in a specialized service. *Cogitare Enferm*, 20(2), 249-56.

Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., Dell'Aglio, D. D., Cabral, I. R., & Gomes, M. M. (2013). Notification of violence as a strategy for health surveillance: profile of a metropolis in Brazil. *Ciencia & saude coletiva*, 18(5), 1263-1272.

Vieira, L. B., Cortes, L. F., Padoin, S. M. D. M., Souza, I. E. D. O., Paula, C. C. D., & Terra, M. G. (2014). Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. *Revista brasileira de enfermagem*, 67(3), 366-372.

Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO. Brasília, 2015. Available from: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaviolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf)>

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Rosane da Silva Santana – 25%

Francisca Karina Barbosa de Sousa – 25%

Ícaro Avelino Silva – 15%

Elida Santos Silva Simão – 15%

Gabriela Oliveira Parentes da Costa – 15%

Ricardo Clayton Silva Jansen – 15%

Dhenise Mikaelly Meneses de Araújo – 15%

Camilla de Kássia Cruz da Silva – 15%

Vandoval Rodrigues Veloso – 15%

Maria Oneide dos Santos – 25%